



# Prefeitura Municipal de Agudo

Estado do Rio Grande do Sul

PROJETO DE LEI Nº 26/90-E

DISPÕE SOBRE O QUADRO DE CARGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDO, ESTABELECE O PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ÁLVARO MULLER, PREFEITO MUNICIPAL DE AGUDO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I

### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O serviço público centralizado da Câmara Municipal, é integrado pelos seguintes Quadros:

- I - Quadro de Cargos do Provimento Efetivo;
- II - Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas.

Art. 2º - Para efeitos desta Lei, considera-se:

- I - cargo, o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor público, mantidas as características de criação por Lei, denominação própria, número certo e retribuição pecuniária padronizada;
- II - categoria funcional, o agrupamento de cargos da mesma denominação, com iguais atribuições e responsabilidades, constituída de padrões e classes;
- III - carreira, o conjunto de cargos de provimento efetivo para os quais os servidores poderão ascender através das classes, mediante promoção;
- IV - padrão, a identificação numérica do valor do vencimento da categoria funcional;
- V - classe, a graduação de retribuição pecuniária dentro da categoria funcional, constituindo a linha de promoção;
- VI - promoção, a passagem do servidor de uma determinada classe para a imediatamente superior da mesma categoria funcional.







# Prefeitura Municipal de Agudo

Estado do Rio Grande do Sul

## CAPÍTULO II

### DO QUADRO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

#### SEÇÃO I

##### Das Categorias Funcionais

Art. 3º - O Quadro de Cargos de Provimento Efetivo é integrado pelas seguintes categorias funcionais, com o respectivo numero de cargos e padrões de vencimentos:

<u>DENOMINAÇÃO DA CATEGORIA FUNCIONAL</u>	<u>Nº DE CARGOS</u>	<u>PADRÃO</u>
- Técnico em Contabilidade	01	10
- Oficial Administrativo	01	08
- Auxiliar Administrativo	02	05
- Servente	01	01

#### SEÇÃO II

##### Das especificações das categorias funcionais

Art. 4º - Especificações de categorias funcionais, para os efeitos desta Lei, é a diferenciação de cada uma relativamente às atribuições, responsabilidades e dificuldades de trabalho, bem como as qualificações exigíveis para o provimento dos cargos que a integram.

Art. 5º - A especificação de cada categoria funcional deverá conter:

- I - denominação de cada categoria funcional;
- II - padrão de vencimento;
- III - descrição sintética e analítica das atribuições;
- IV - condições de trabalho, incluindo o horário semanal e outras específicas; e
- V - requisitos para provimento, abrangendo o nível de instrução, a idade e outros especiais de acordo com as atribuições do cargo.

Art. 6º - As especificações das categorias funcionais criadas pela presente Lei são as que constituem o ANEXO I, que é parte integrante desta Lei.







## Prefeitura Municipal de Agudo

Estado do Rio Grande do Sul

### SEÇÃO III

#### Do recrutamento dos servidores

- Art. 7º - O recrutamento para os cargos efetivos far-se-á para a classe inicial de cada categoria funcional, mediante concurso público, nos termos disciplinados no regime jurídico dos servidores.
- Art. 8º - O servidor que por força de concurso público for provido em cargo de outra categoria funcional, será enquadrado na classe "A" da respectiva categoria, iniciando nova contagem de tempo de exercício para fins de promoção.

### SEÇÃO IV

#### Do treinamento

- Art. 9º - A Câmara Municipal promoverá treinamento para os seus servidores sempre que verificada a necessidade de melhor capacitação para o desempenho de suas funções, visando dinamizar a execução das atividades dos diversos órgãos.
- Art. 10 - O treinamento será considerado interno quando desenvolvido pela própria Câmara, atendendo as necessidades verificadas, e externo quando executado por órgão ou entidade especializada.

### SEÇÃO V

#### Da promoção

- Art. 11 - A promoção será realizada dentro da mesma categoria funcional mediante a passagem do servidor de uma determinada classe para a imediatamente superior.
- Art. 12 - Cada categoria funcional terá cinco classes, designadas pelas letras A, B, C, D e E, sendo esta última a final da carreira.
- Art. 13 - Cada cargo se situa dentro da categoria funcional inicialmente na classe "A" e a ela retorna quando vago.







## Prefeitura Municipal de Agudo

Estado do Rio Grande do Sul

Art. 14 - As promoções obedecerão ao critério de tempo de exercício em cada classe e ao de merecimento.

Art. 15 - O tempo de serviço na classe imediatamente anterior, para fins de promoção para a seguinte será:

- I - quatro anos para a classe "B";
- II - cinco anos para a classe "C";
- III - seis anos para a classe "D";
- IV - sete anos para a classe "E".

Art. 16 - Merecimento é a demonstração positiva do servidor no exercício do seu cargo e se evidencia pelo desempenho de forma eficiente, dedicada e leal das atribuições que lhe são cometidas, bem como pela sua assiduidade, pontualidade e disciplina.

§ 1º - Em princípio, todo servidor tem merecimento para ser promovido de classe.

§ 2º - Fica prejudicado o merecimento, acarretando a interrupção da contagem do tempo de exercício para fins de promoção, sempre que o servidor:

- I - somar duas penalidades de advertência;
- II - sofrer pena de suspensão disciplinar, mesmo que convertida em multa;
- III - completar três faltas injustificadas ao serviço;

§ 3º - sempre que ocorrer qualquer das hipóteses previstas no parágrafo anterior, iniciar-se-á nova contagem para fins do tempo exigido para promoção.

Art. 17 - Suspendem a contagem do tempo para fins de promoção:

- I - as licenças e afastamentos sem direito à remuneração;
- II - as licenças para tratamento de saúde no que excederem de noventa dias, mesmo quando em prorrogação, exceto as decorrentes de acidente em serviço;
- III - as licenças para tratamento de saúde em pessoa da família.

Art. 18 - A promoção terá vigência a partir do mês seguinte àquele em que o servidor completar o tempo de exercício exigido.







## Prefeitura Municipal de Agudo

Estado do Rio Grande do Sul

### CAPÍTULO III

#### DO QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 19 - É o seguinte o Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Câmara Municipal.

<u>Nº de cargos e funções</u>	<u>Denominação</u>	<u>Código</u>
01	Diretor Administrativo	1.3
01	Assessor Especial	1.3
04	Assessor de Bancada	1.2
01	Chefe de Seção	1.1

Art. 20 - O código de identificação estabelecido para o Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas tem a seguinte interpretação:

- I - O primeiro elemento indica que o provimento processar-se-á sob forma de:
- a) cargo em comissão ou função gratificada, quando representado pelo dígito 1 (um);
  - b) cargo em comissão provido, preferentemente, por servidor efetivo, quando representado pelo dígito 2 (dois);
  - c) função gratificada, quando representado pelo dígito 3 (três).

II - o segundo elemento indica o nível de vencimento do cargo em comissão ou do valor da função gratificada.

§ 1º - A preferência de que trata o inciso I, letra "b", deste artigo, somente poderá deixar de ser observada se inexistir servidor;

I - com formação específica exigida para o desempenho do cargo;

II - com perfil profissional correspondente às exigências do cargo; ou

III - que aceite o exercício do cargo.

§ 2º - Ainda na hipótese do inciso I, letra "b", deste artigo, o servidor poderá optar pelo provimento sob a forma de Cargo em Comissão do mesmo nível.







## Prefeitura Municipal de Agudo

Estado do Rio Grande do Sul

Art. 21 - O provimento das funções gratificadas é privativo de servidor público efetivo da Câmara ou posto à disposição da Câmara sem prejuízo de seus vencimentos no órgão de origem.

Art. 22 - As atribuições dos titulares dos cargos de provimento em comissão e funções gratificadas são as correspondentes à condução dos serviços das respectivas unidades.

Art. 23 - A carga horária para os Cargos em Comissão será de:

- I - 40 horas semanais para os Cargos em Comissão ligados à Presidência;
- II - a critério das bancadas, para os Assessores de Bancada.

### CAPÍTULO IV

#### DAS TABELAS DE PAGAMENTO DOS CARGOS

#### E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 24 - Os vencimentos dos cargos e o valor das funções gratificadas serão obtidos através da multiplicação dos coeficientes respectivos pelo valor atribuído ao padrão referencial fixado no artigo 28, conforme segue:

I - Cargos de provimento efetivo:

<u>Padrão</u>	<u>Coeficientes segundo a classe</u>				
	<u>A</u>	<u>B</u>	<u>C</u>	<u>D</u>	<u>E</u>
01	1,40	1,54	1,68	1,82	1,96
05	2,50	2,75	3,00	3,25	3,50
08	4,25	4,67	5,09	5,51	5,93
10	7,00	7,70	8,40	9,10	9,80

II - Cargos de provimento em comissão:

<u>Padrão</u>	<u>Coeficiente CC</u>	<u>Coeficiente FG</u>
1	3,0	1,5
2	3,6	1,8
3	5,0	2,5







## Prefeitura Municipal de Agudo

Estado do Rio Grande do Sul

Art. 25 - Os valores decorrentes da multiplicação do coeficiente pelo valor do padrão referencial, serão arredondados para a unidade de cruzeiro seguinte.

### CAPÍTULO V

#### DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26 - Ficam extintos todos os cargos, funções gratificadas existentes na Câmara Municipal anteriores a vigência desta Lei.

Art. 27 - Os atuais servidores concursados da Câmara, ocupantes dos cargos extintos pelo art. 26 serão enquadrados na classe "A" dos Cargos de Categorias Funcionais criadas por esta Lei, observada a seguinte correspondência:

<u>Cargo extinto</u>	<u>Categoria Funcional Enquadrada</u>
Técnico em Contabilidade	Técnico em Contabilidade
Oficial Legislativo	Oficial Legislativo
Auxiliar Legislativo	Auxiliar Legislativo
Servente	Servente

Art. 28 - O valor do Padrão Referencial é fixado em Cr\$ 4.895,00 (Quatro mil, oitocentos e noventa e cinco cruzeiros).

Art. 29 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 30 - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de agosto de 1990, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE AGUDO, em 02 de agosto de 1990.

Dr. PEDRO ÁLVARO MULLER  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

PAULO AUGUSTO WILHELM  
Sec. de Administração.







## Prefeitura Municipal de Agudo

Estado do Rio Grande do Sul

Fl. 01

ANEXO I

CATEGORIA FUNCIONAL: TÉCNICO EM CONTABILIDADE

PADRÃO DE VENCIMENTO: 10

SÍNTESE DOS DEVERES: Estudo, fiscalização, orientação e supervisão das atividades fazendárias que envolvam matéria financeira de natureza complexa.

EXEMPLOS DE ATRIBUIÇÕES: Supervisionar os trabalhos fazendários da Câmara, realizar estudos e pesquisas para o estabelecimento de normas diretoras para a contabilidade da Câmara, no que couber à esta fazê-lo; planejar modelos e fórmulas para uso nos serviços de contabilidade; realizar os trabalhos de empenho e pagamento das despesas da Câmara; controlar as dotações orçamentárias; elaborar projetos sobre abertura de créditos adicionais e alterações orçamentárias; realizar a análise contábil e estatística dos elementos integrantes dos balanços; organizar a Resolução que Orça a Receita e Fixa a Despesa da Câmara para cada exercício; organizar, elaborar e assinar balanços e balancetes; escriturar Contas Correntes; organizar Boletim de Receita e Despesa; elaborar "slips" de caixa; levantar balancetes patrimoniais; examinar empenhos de despesa, verificando a classificação e a existência de saldos das dotações, executar outras tarefas correlatadas.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Horário: período normal de 40 horas semanais
- b) Outras: o exercício do cargo poderá determinar viagens.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

- a) Escolaridade: segundo grau completo
- b) Habilitação Funcional: habilitação legal para o exercício de profissional de Técnico em Contabilidade.
- c) Idade: entre 18 e 45 anos.

RECRUTAMENTO: Concurso Público.







# Prefeitura Municipal de Agudo

Estado do Rio Grande do Sul

Fl. 02

ANEXO I

CATEGORIA FUNCIONAL: OFICIAL LEGISLATIVO

PADRÃO DE VENCIMENTO: 8

SÍNTESE DOS DEVERES: Executar serviços de escritório de certa complexidade, que envolvam a interpretação de leis e normas administrativas, especialmente para fundamentar informações.

EXEMPLOS DE ATRIBUIÇÕES: Examinar processos relacionados com assuntos gerais da Câmara Municipal, que exijam interpretação de textos legais, especialmente da legislação básica do Município; elaborar pareceres instrutivos; redigir quaisquer modalidades de expedientes administrativos, inclusive atos oficiais, portarias, decretos, projetos de Lei elaborar e/ou verificar a exatidão de quaisquer documentos de receita e despesa, folhas de pagamento, empenho, balancetes, demonstrativos de caixa; operar em máquinas de contabilidade em geral; organizar e orientar a elaboração de fichários e arquivos de documentação e de legislação; secretariar reuniões, comissões de inquérito e integrar grupos operacionais; fazer a chamada dos vereadores; lavrar as atas das sessões executar outras tarefas correlatas.

## CONDIÇÕES DE TRABALHO

a) Horário: período normal de 40 horas semanais

b) Outras: viagens para fora da sede, frequência a cursos de especialização.

## REQUISITOS PARA PROVIMENTO

a) Escolaridade: segundo grau completo

b) Habilitação Funcional: experiência comprovada no manuseio de documentos; noções relativas de administração pública.

c) Idade: entre 18 e 45 anos.

RECRUTAMENTO: Concurso Público







## Prefeitura Municipal de Agudo

Estado do Rio Grande do Sul

Fl. 03

ANEXO I

CATEGORIA FUNCIONAL: AUXILIAR LEGISLATIVO

PADRÃO DE VENCIMENTO: 5

SÍNTESE DOS DEVERES : Executar trabalhos de escritório, geralmente de rotina, que requeiram alguma capacidade de julgamento.

EXEMPLOS DE ATRIBUIÇÕES: Redigir informações simples, ofícios, cartas, memorandos, telegramas, executar trabalhos de datilografia em geral; secretariar reuniões, lavrar atas e fazer quaisquer expedientes a respeito; fazer registros relativos a dotações orçamentárias; elaborar e conferir folhas de pagamento; classificar expedientes e documentos; fazer controle de movimentação de processos ou papéis; organizar mapas, boletins e demonstrativos; fazer anotações em fichas e manusear fichários; providenciar a expedição de correspondência; conferir material e suprimentos em geral com faturas, conhecimentos ou notas de entrega; levantar a frequência de servidores; executar tarefas correlatas.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Horário: período normal de 40 horas semanais.

b) Outras: viagens, frequência a cursos de especialização.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO

a) Escolaridade: Primeiro grau completo

b) Habilitação Funcional: experiência comprovada em datilografia e redação oficial

c) Idade: entre 18 e 45 anos.

RECRUTAMENTO: Concurso Público







# Prefeitura Municipal de Agudo

Estado do Rio Grande do Sul

Fl. 04

ANEXO 01

**CATEGORIA FUNCIONAL:** SERVENTE

**PADRÃO DE VENCIMENTO:** 1

**SÍNTESE DOS DEVERES:** Proceder à limpeza e conservação das instalações da Câmara; fazer arrumação e remoção de móveis, máquinas e materiais; manuziar correspondências.

**EXEMPLOS DE ATRIBUIÇÕES:** Fazer trabalhos de limpeza nas diversas dependências da Câmara; proceder a limpeza de pisos, vidros, lustres, móveis e instalações sanitárias; remover lixo e detritos; lavar e encerar assoalhos; retirar pó de livros e estantes, de armários, etc; fazer arrumação nas dependências da Câmara, proceder a arrumação, conservação e remoção de móveis, máquinas e materiais; atender telefones; anotar e transmitir recados; preparar café e servi-lo; transportar volumes; executar outras tarefas correlatas.

## CONDIÇÕES DE TRABALHO

- a) Horário: período normal de trabalho de 44 horas semanais;
- b) Outros: uso de uniforme fornecido pelo Município.

## REQUISITOS PARA PROVIMENTO

- a) Instrução: correspondente ao nível primário incompleto;
- b) Habilitação Funcional: experiência comprovada em limpeza;
- c) Idade: entre 18 e 45 anos.

**RECRUTAMENTO:** Concurso Público







**Prefeitura Municipal de Agudo**  
Estado do Rio Grande do Sul

MENSAGEM 26/90-E

Senhor Presidente;  
Senhores Vereadores.

Passa a tramitar no Legislativo agudense o Projeto de Lei 26/90-E, que dispõe sobre o Quadro de Cargos e Funções Públicas da Câmara Municipal de Agudo, estabelece o Plano de Carreira de seus servidores, e dá outras providências.

É matéria já prevista, face a aprovação, em JUN passado, das Leis 732, 734 e 735/90, todas elas cuidando dos servidores públicos do município de Agudo.

Vem este Projeto criar Lei que virá a substituir a Lei 697/89, de 12 de setembro de 1989, bula legal que veio instituir o Plano de Classificação de Cargos da Câmara Municipal.

O presente Projeto é em sua essência idêntico à Lei 735/90, que regula o vínculo dos servidores da Prefeitura Municipal. Apenas foram processadas as adequações à realidade do quadro de servidores da Câmara Municipal.

Entre as alterações constantes neste Projeto - a partir da Lei 735/90, citamos:

- 1 -Quadro de Categorias Funcionais - art. 30, espelhado no dos cargos / criados pela Lei 697/89;
- 2 -Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas - art. 19, também refletindo o quadro idealizado para a Câmara Mun. de Agudo;
- 3 -Carga horária dos nomeados em CC ou FG: para os diretamente vinculados à Presidência - 40 horas semanais; para os Assessores de Bancada - à critério da Bancada.
- 4 -Coeficientes para os Cargos de provimento em Comissão em parâmetros diversos dos da Prefeitura Municipal, e também diferentes dos padrões estabelecidos pela Lei 697/89;
- 5 -Nova redação para o dispositivo que na Lei 735/90 orienta o enquadramento dos atuais servidores. Na nova redação diz que todos serão enquadrados na Classe "A", pois na verdade todos estão em início de carreira; - art.27;
- 6 -Exclusão dos seguintes dispositivos: § Único do art. 26, art. 29, art. 30 e art. 31 c/ § Único. Todos eles não são necessários, pois que se referem a situações diversas das verificadas na Câmara, ao instante da tramitação deste. Referimo-nos a artigos da Lei 735/90;

.....







## Prefeitura Municipal de Agudo

Estado do Rio Grande do Sul

.....

Estabelecemos os comparativos antes citados com a Lei 735/90, apenas como mero auxílio da análise do presente Projeto de Lei, uma vez que este Projeto tramita poucos dias após ter sido concluída a exaustiva avaliação / do Projeto que originou a Lei Municipal referida, e que disciplina matéria / idêntica, de forma similar.

Pensamos que o Projeto de Lei que ora passamos ao aval do plenário da Câmara Municipal de Agudo esteja apto a receber a aprovação, e neste espírito / subscrevemo-nos,

Cordialmente.

Agudo, 02 de agosto de 1990.

  
Dr. PEDRO ÁLVARO MÜLLER  
Prefeito Municipal

